Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.11, 2024
ISSN 2178-6925

O DESEMPREGO E A NOTORIEDADE DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ORIENTAÇÃO ESCOLAR PARA O PROJETO DE VIDA EMANCIPATÓRIO JUVENIL

THE UNEMPLOYMENT AND THE PROMINENCE OF SOCIAL WORKERS IN SCHOOL COUNSELING FOR THE YOUTH EMANCIPATORY LIFE PROJECT

Carmelo Suzarte dos Santos
Graduando em Serviço Social, Estácio de Sá, Brasil
E-mail: factudo2006@gmail.com

RESUMO

O agravamento do desemprego entre os jovens têm provocado discussões constantes sobre a importância de um Projeto de Vida para a mobilidade social. A escola tem se tornado um espaço crucial, onde diferentes profissionais auxiliam a juventude a enfrentar os desafios impostos pelo modelo produtivo capitalista. Nesse contexto, os Assistentes Sociais foram requisitados não apenas para garantir os direitos desses jovens, mas também para ajudá-los a compreender e enfrentar a complexa estrutura social que herdarão. Diante dessa problemática, o presente estudo teórico, de caráter bibliográfico e com abordagem descritiva, explicativa, dialética e qualitativa, investigou, revisou e analisou, a partir de fontes predominantemente secundárias, o papel do Assistente Social na orientação escolar sociopsicopedagógica e sua contribuição para o pleno desenvolvimento da juventude. O objetivo é conceber um Projeto de Vida emancipatório durante a formação elementar, com foco no enfrentamento do desemprego. Para isso, foram utilizados métodos científicos de análise, refutamento e confronto entre as bibliografias pesquisadas. O processo de revisão teórica incluiu técnicas de endereçamento das obras consultadas, bem como fichamento bibliográfico com uso de citações e resenhas.

Palavras chave: Desemprego. Serviço Social. Projeto de vida.

ABSTRACT

The worsening unemployment among youth has led to ongoing discussions about the importance of a Life Project for social mobility. Schools have become crucial spaces where various professionals help young people face the challenges imposed by the capitalist production model. In this context, Social Workers have been called upon not only to ensure these youths' rights but also to help them understand and confront the complex social structure they will inherit. In light of this issue, the present theoretical study, which is bibliographic in nature and employs descriptive, explanatory, dialectical, and qualitative approaches, investigated, reviewed, and analyzed, using predominantly secondary sources, the role of Social Workers in sociopsychopedagogical school guidance and their contribution to the full development of youth. The aim is to conceive an emancipatory Life Project during elementary education, focusing on addressing unemployment. To this end, scientific methods of analysis, refutation, and confrontation of the researched bibliographies were employed. The theoretical review process included techniques for addressing consulted works, as well as bibliographic fiches using citations and reviews.

Keywords: Unemployment. Social Work. Life Project.

1 Introdução

O Serviço Social no Brasil desempenha um papel crucial em diversos segmentos, incluindo saúde, assistência social, educação e justiça, visando responder às demandas sociais geradas pelo sistema capitalista, como desigualdade, pobreza e desemprego. Os assistentes sociais têm a responsabilidade de compreender o contexto dos usuários e promover intervenções que incluam ações e estratégias com objetivos claros e impactos diretos e indiretos. Este campo de atuação exige dos profissionais uma abordagem propositiva, fundamentada em princípios éticos e metodológicos, para enfrentar problemas complexos, como subalimentação, desemprego e miséria.

As expressões dessas questões sociais estão intrinsecamente ligadas às desigualdades entre trabalho e capital, exacerbadas pela lógica capitalista de produção e reprodução de mercadorias. Embora o capital não seja a origem das questões sociais, ele

intensifica desigualdades históricas, como a má distribuição de alimentos e a concentração de riqueza. No Brasil, 27% dos jovens entre 14 e 29 anos enfrentam falta de oportunidades de estudo e trabalho, refletindo a crise do capital que afeta a empregabilidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2023), a taxa de desocupação é especialmente elevada entre jovens de 18 a 24 anos, dificultando a integração entre a formação escolar e o mercado de trabalho.

Diante desse contexto, justifica-se a realização deste estudo, que visa investigar como a orientação educativa, intermediada pelo assistente social, pode auxiliar na construção de um Projeto de Vida emancipatório para os jovens, considerando o desemprego e os desafios impostos pelo sistema capitalista. A relevância deste trabalho reside na análise das funções técnicas e ideológicas do assistente social, bem como na compreensão da importância do Projeto de Vida juvenil como uma estratégia para enfrentar o desemprego.

A delimitação do estudo foca na atuação do assistente social no contexto escolar e nas suas implicações na construção do Projeto de Vida dos jovens. As questões de pesquisa que nortearão esta investigação incluem: (1) Quais são as funções do assistente social na orientação educativa dos jovens? (2) Como a orientação educativa pode contribuir para a construção de um Projeto de Vida emancipatório? (3) De que maneira o Projeto de Vida juvenil pode ser uma estratégia eficaz para enfrentar o desemprego?

Por fim, a transição para a metodologia deste estudo será pautada pela abordagem explicativa, qualitativa e descritiva, com o objetivo de descrever as funções do assistente social e analisar a relevância do Projeto de Vida juvenil no enfrentamento do desemprego, identificando os impactos das abordagens profissionais na orientação dos jovens.

2 Os Fatores Resultantes do Desemprego Juvenil na Dialética Marxista

Jovens enfrentam diversos desafios para ingressar no mercado de trabalho, incluindo alta competição, poucas oportunidades e frustração salarial. A falta de orientação profissional adequada também contribui para esses problemas.

Antunes (2020) argumenta, com base na retórica marxista, que a mecanização da produção reduziu o trabalho da classe operária e aumentou o desemprego, dificultando negociações por melhores condições de trabalho. Ele também critica a exploração da mão de obra, que é usada para maximizar lucros com salários baixos.

Antunes (1995) atribui o desemprego estrutural à crescente competitividade e avanços tecnológicos, enquanto Frigotto (2015) vê isso como uma tentativa de reverter o conceito original de trabalho, que deveria atender às necessidades vitais humanas, mas agora é reduzido ao emprego e à exploração.

Catani (2011) observa a transformação do trabalho de uma condição penosa para uma atividade valorizada moral e lucrativamente, influenciada pela reforma luterana-calvinista, que promoveu a ideia de que o trabalho é uma vocação que leva à riqueza.

Essa visão foi criticada por Marx, que argumenta que o protestantismo e a valorização do trabalho serviram de base para a exploração capitalista. A dependência do trabalho assalariado e a competição no mercado resultam em desemprego, pois há mais candidatos do que vagas disponíveis.

Frigotto (2015) relaciona o desemprego à estrutura do modo de produção capitalista, que, mesmo após a abolição do trabalho escravo e servil, fundou uma nova sociedade de classes. Os trabalhadores, agora, vendem sua força de trabalho em troca de salários, uma situação agravada pela uberização e precarização do trabalho (Antunes, 1995).

Nesse contexto, o capital evoluiu de um modelo mercantilista para um capital produtivista e, atualmente, para um estágio de rentismo, onde a especulação financeira predomina sobre a produção.

2.1 A Educação e o Pseudo da Falta de Qualificação e Experiência Profissional

A falta de experiência prática e a baixa qualificação profissional contribuem significativamente para o desemprego juvenil. Essa questão é exacerbada pela visão liberal e empresarial, que atribui a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso individual na disputa por empregos, ignorando as dimensões coletivas do desemprego.

Além disso, há a crença de que indivíduos podem resolver o problema do desemprego por meio do empreendedorismo, desviando a responsabilidade do Estado em regular e garantir direitos sociais e trabalhistas. Isso provoca exclusão, pois nem todos têm igual acesso às oportunidades devido a barreiras como discriminação social e desigualdades na educação.

Fontgalland e Lima (2022) observam que a teoria do capital humano de Gary Becker aborda a falta de experiência como um problema crítico, comprometendo a empregabilidade e a capacidade das empresas de utilizar habilidades intelectuais e práticas. Becker destaca que a educação e a experiência são investimentos que aumentam a produtividade e os ganhos ao longo do tempo.

Na lógica do autoinvestimento, indivíduos são incentivados a maximizar seu capital humano por meio de educação e experiência, aumentando sua produtividade e ganhos futuros (Becker, 1975, apud Fontgalland e Lima, 2022). No entanto, a renda tende a ser baixa no início da carreira e aumenta com a idade, alcançando um pico entre 45 e 54 anos antes de declinar (Becker, 1975, apud Fontgalland e Lima, 2022).

Frigotto (2007) observa que no Brasil, o ideário do capital humano surgiu no contexto de reformas educacionais e mercantilização da educação, com o Estado focando na formação de capital humano para interesses empresariais. Isso resulta em uma formação voltada para o corporativismo e o tecnicismo, limitando o sujeito à educação produtivista.

A educação profissional enfrenta a dualidade entre uma abordagem civil democrática e uma produtivista. A educação produtivista prioriza a qualificação profissional e a competição no mercado de trabalho (Rosa, 2019). Em contraste, a educação civil democrática busca formar cidadãos com princípios democráticos, valorizando a autonomia e a formação integral para a vida adulta (Rosa, 2019).

Quando a educação produtivista não atende às expectativas do mercado, os estudantes são considerados desajustados. Mesmo com formação, a empregabilidade não é garantida; a prioridade passa a ser negociar melhores condições no mercado, muitas vezes fora da área de formação.

Assim, a educação profissional produtivista não é suficiente para garantir a inserção e a manutenção dos jovens no emprego. A teoria do capital humano, embora promova a busca por conhecimento, está limitada aos interesses de produção e reprodução do capital, uma crítica que a lógica marxista aponta.

2.2 A Orientação Profissional Dualista

Após revisar a literatura sobre o tema, identificou-se a dualidade na orientação profissional, que se divide entre as vertentes produtivista e democratista. Abreu e Cardoso (2012) discutem essas abordagens, ressaltando que a orientação produtivista e a democratista divergem em suas práticas educativas, as quais estão alinhadas a interesses econômicos, políticos e ideológicos. Essas diferenças se manifestam de maneira variada em programas sociais, conforme as classes sociais envolvidas.

A orientação profissional produtivista, por um lado, concentra-se na identificação de interesses, habilidades e valores pessoais para auxiliar os indivíduos na escolha de suas carreiras. Essa abordagem inclui o uso de testes psicométricos, entrevistas e atividades de autoconhecimento. Durante a fase de inserção no mercado de trabalho, a orientação

produtivista também abrange a elaboração de currículos, o treinamento para entrevistas e o desenvolvimento de habilidades de comunicação e networking.

Por outro lado, a orientação democratista, conforme afirmam Arango e Werneck (1996), enfatiza a participação democrática e o engajamento profissional como formas de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática. Essa abordagem destaca o desenvolvimento de habilidades cívicas, como o pensamento crítico, a comunicação eficaz, a resolução de problemas e a empatia. Além disso, promove a consciência sobre direitos e responsabilidades, incentivando a reflexão sobre direitos fundamentais, como o voto e a liberdade de expressão. Outro aspecto importante da orientação democratista é a busca pela contribuição para o bem comum, que incentiva carreiras que promovam justiça social e igualdade.

Nesse contexto, o engajamento comunitário e o ativismo são fomentados, estimulando o voluntariado e a defesa de direitos. A valorização da diversidade e da inclusão no ambiente profissional também é um princípio fundamental dessa abordagem, assim como a capacitação para uma liderança ética e colaborativa. Ademais, a orientação democratista se empenha na advocacia por políticas justas, defendendo a promoção da equidade e a participação ativa dos estudantes nas decisões que afetam suas vidas.

Esses modelos se alinham com a pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1996), que discute a importância da ética, do respeito mútuo e da autonomia no processo educativo. Em síntese, enquanto a orientação produtivista foca no planejamento e no progresso da carreira, a democratista busca capacitar indivíduos a se tornarem cidadãos ativos e engajados, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e participativa.

2.3 Políticas Públicas e Orientação para o Projeto de Vida Juvenil

Historicamente, as políticas públicas voltadas para a juventude, especialmente para os mais vulneráveis, foram negligenciadas. No entanto, a partir de 2000, começaram a surgir medidas destinadas a promover um Projeto de Vida juvenil em nível nacional. O objetivo dessas iniciativas foi tratar os jovens como sujeitos de direitos e prevenir sua aliciação pelo crime. Essas medidas foram estruturadas em três esferas: Políticas Básicas de Acesso Universal, Políticas Socioeducativas para Adolescentes Infratores e Políticas de Proteção Especial para Vítimas e Pessoas em Risco. Essas esferas foram formalizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que oferece uma base jurídica sólida para as ações voltadas aos jovens.

Adicionalmente, o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei 12.852/2013, ampliou os direitos e as diretrizes para as políticas públicas voltadas aos jovens de 15 a 29 anos. Esse marco é especialmente relevante para o trabalho dos assistentes sociais, que, no contexto escolar, orientam os jovens sobre as oportunidades educacionais e profissionais disponíveis. Entre os direitos garantidos, destacam-se:

O direito à educação, consagrado pelo Art. 15, destaca a importância de uma educação de qualidade e inspiradora para os estudantes, especialmente nas escolas públicas. Essa realidade enfatiza a necessidade de novas abordagens pedagógicas que promovam a permanência dos alunos na escola e ampliem o acesso ao ensino superior e técnico. Nesse contexto, os assistentes sociais desempenham um papel fundamental ao oferecer orientação sobre bolsas e programas de incentivo, além de monitorar aqueles que se encontram em situações de abandono escolar ou desmotivação.

Esses profissionais podem atuar de forma proativa, buscando reengajar os jovens, evitando assim que se tornem vulneráveis a influências negativas que os conduzam a caminhos perigosos. Ao proporcionar suporte emocional e prático, os assistentes sociais ajudam a criar um ambiente mais seguro e acolhedor, contribuindo para que os alunos não se tornem involuntariamente envolvidos em atividades ilícitas de baixo escalão, frequentemente reprimidas com facilidade pelas autoridades. Dessa maneira, a ação desses profissionais é crucial não apenas para a promoção do direito à educação, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seus potenciais.

O direito à profissionalização e ao trabalho, estabelecido pelo Art. 17, que garante a formação profissional e facilita a inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade. Já o direito à participação social, conforme o Art. 18, que promove o protagonismo juvenil, incentivando a participação ativa dos jovens nas decisões que impactam suas vidas.

Além dos direitos, a Lei 12.852 define diretrizes fundamentais para a implementação de políticas públicas. O Art. 3 estabelece que as políticas devem promover a inclusão social, garantindo igualdade de oportunidades e levando em consideração as diferenças sociais e de gênero. Já o Art. 8 ressalta a importância da articulação intersetorial, defendendo que a integração entre educação, saúde e trabalho é essencial para a inclusão dos jovens.

Essas diretrizes são cruciais para o desenvolvimento de um projeto de vida emancipatório, que não apenas promove a autonomia dos jovens, mas também facilita a

superação do desemprego. Nesse contexto, a atuação dos assistentes sociais se torna vital para garantir o acesso dos jovens aos seus direitos, contribuindo assim para sua inserção qualificada no mercado de trabalho e para seu pleno desenvolvimento na sociedade.

Segundo Boutinet (2002, apud Danza e Silva, 2022, p. 4), o Projeto de Vida é um planejamento que organiza o futuro e transforma ideias em ações. No campo pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) valoriza essa metodologia, pois ela ajuda os jovens a desenvolverem tanto habilidades cognitivas quanto não-cognitivas, permitindo a construção de um plano pessoal que esteja alinhado aos princípios da cidadania.

2.4 A Relevância da Orientação para o Projeto de Vida por Parte do Assistente Social

A atuação dos Assistentes Sociais na garantia dos direitos dos estudantes é fundamental, especialmente à luz da Lei Federal nº 13.935 de 2019, que estabelece a presença desses profissionais nas equipes multiprofissionais de educação básica. Nesse contexto, os Assistentes Sociais desempenham um papel essencial na orientação profissional e sociopedagógica, prestando serviços sociais nas redes públicas de ensino.

Historicamente, as práticas educativas desses profissionais serviram aos interesses da classe dominante, priorizando a exploração econômica e a dominação ideológica. Contudo, nas últimas décadas, essas práticas passaram a se direcionar à emancipação da classe subalterna e à orientação profissional ética e política, conforme apontam Abreu e Cardoso (2012). Iamamoto (2004) ressalta que o trabalho dos Assistentes Sociais se torna cada vez mais relevante na vida dos jovens, especialmente na construção de seus Projetos de Vida.

No contexto escolar, o Assistente Social deve criar condições socioeducativas que garantam o ingresso e a conclusão dos estudos dos alunos assistidos, como afirma Teixeira (2015). Além disso, sua atuação está intimamente ligada à efetivação de políticas sociais e à defesa dos direitos humanos, conforme mencionado por Costa e Madeira (2013). No entanto, é importante destacar que a presença desses profissionais nas escolas ainda é limitada; atualmente, apenas 85 municípios contam com Assistentes Sociais em suas redes de ensino.

Sendo assim, a realidade em tela impacta diretamente a qualidade do ensino e dificulta a transição dos alunos para o mercado de trabalho ou para a continuidade dos estudos. Mesmo com a formação necessária, os Assistentes Sociais enfrentam desafios para contribuir de forma efetiva com as políticas educacionais. Seu papel é essencial na

democratização da informação e no acesso a programas institucionais; no entanto, a subutilização desses profissionais é um obstáculo a ser superado.

Diante desse cenário, a presença dos Assistentes Sociais nas escolas emerge como uma ferramenta indispensável para garantir a efetivação dos direitos dos estudantes e a concretização de seus Projetos de Vida. Como afirma Bell Hooks (1994), a educação deve ser entendida como uma prática de liberdade, onde o processo educacional se torna um espaço de transformação e emancipação. Apesar dos desafios, como a falta de recursos, o trabalho do Assistente Social se configura como um pilar fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e orientada para o futuro dos jovens. Com seu papel de articulador e defensor dos direitos, esses profissionais têm a capacidade de transformar a realidade de estudantes em situações de vulnerabilidade, oferecendo orientação que vai além do ambiente escolar e ajudando-os a ingressar no mercado de trabalho, bem como a trilhar um caminho de desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, a valorização e a expansão do trabalho dos Assistentes Sociais são essenciais para uma educação que realmente atenda às necessidades dos jovens, promovendo não apenas a inclusão, mas também a emancipação e a construção de um futuro mais justo e igualitário.

2.5 A Orientação do Serviço Social para um Projeto de Vida Emancipatório

A orientação do Serviço Social, fundamentada na formação e mobilização de sujeitos ativos, se caracteriza como uma prática libertadora, crítica e construtivista, alinhando-se às concepções de Paulo Freire. Embora Freire seja amplamente reconhecido por suas contribuições à educação, suas ideias são também altamente relevantes para a Assistência Social, especialmente no que diz respeito à concepção do Projeto de Vida como parte integrante do processo educacional e de empoderamento.

Em suas obras, como "Pedagogia do Oprimido" (1970) e "Educação como Prática da Liberdade" (1967), Freire discute a educação como um meio para promover a conscientização e a transformação social. Esses conceitos são fundamentais para orientar os Assistentes Sociais no desenvolvimento de Projetos de Vida, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ibrahimo e Yazbek (2000) enfatizam o papel do Serviço Social nas escolas públicas, destacando a importância de considerar as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes para promover sua autonomia. Nesse sentido, conforme Kleba e Wendausen (2009), o Projeto de Vida no Serviço Social pode ser analisado sob cinco

dimensões: Empoderamento, Contexto social, Participação nas decisões, Autonomia, e Apoio e acompanhamento. Essas dimensões são essenciais para a elaboração de uma abordagem integrada que busque capacitar os jovens a identificar e perseguir seus objetivos, levando em consideração seu contexto social e promovendo a participação e o suporte necessários para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, a orientação do Serviço Social, inspirada nas ideias de Paulo Freire e em outras teorias críticas, oferece um caminho para a construção de Projetos de Vida que não apenas garantem direitos, mas também emancipam os indivíduos. Essa abordagem ultrapassa a assistência tradicional, capacitando os jovens a compreenderem sua realidade, enfrentarem desafios e buscarem suas aspirações de maneira consciente e autônoma. Assim, a atuação dos Assistentes Sociais se torna uma ponte entre a conscientização e a ação, permitindo que os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, tenham condições de transformar seus projetos em realidade.

Para que esse trabalho seja verdadeiramente eficaz, é fundamental que os Assistentes Sociais sejam reconhecidos como atores essenciais na promoção de um desenvolvimento humano pleno. Ao apoiar os jovens na construção de uma trajetória de vida mais digna e autônoma, esses profissionais contribuem para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade.

3 Metodologia

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo, que investiga a atuação dos assistentes sociais nas escolas públicas e sua relevância na orientação tridimensional voltada para um projeto de vida juvenil emancipatório, especialmente em relação ao enfrentamento do desemprego.

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem descritiva, dialética e qualitativa, uma escolha metodológica que permitiu explorar de maneira aprofundada as nuances do papel dos assistentes sociais no contexto educacional. Essa abordagem considerou as interações sociais, as realidades vividas pelos jovens e as implicações da orientação oferecida. A perspectiva dialética foi fundamental para compreender a dinâmica entre as práticas sociais e as estruturas educacionais, promovendo uma análise crítica das informações coletadas.

O primeiro passo do estudo consistiu em uma revisão bibliográfica abrangente, baseada em fontes secundárias relevantes. Esta revisão foi conduzida de forma sistemática, utilizando critérios de seleção que garantiram a qualidade e a pertinência das obras consultadas. As fontes incluíram livros, artigos científicos e dissertações que abordam a atuação do assistente social nas escolas, a orientação sociopsicopedagógica e a problemática do desemprego juvenil. Para organizar as informações coletadas, foram adotadas técnicas de fichamento bibliográfico, permitindo um registro detalhado das principais ideias e argumentos dos autores. O uso de citações diretas e resenhas foi essencial para fundamentar a análise crítica e articular as discussões em torno da temática.

Após essa revisão inicial, realizamos um processo de confronto entre as diferentes perspectivas teóricas presentes na literatura. Esse confronto teve como objetivo identificar divergências e convergências nas abordagens sobre o papel do assistente social e a orientação educativa. Para enriquecer o debate e a construção do conhecimento, aplicou-se o método de refutamento, que desafia argumentos considerados frágeis ou limitados.

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem qualitativa, onde as informações foram organizadas em categorias temáticas. Essa organização possibilitou a identificação de padrões e a interpretação das práticas dos assistentes sociais em relação ao desenvolvimento de projetos de vida dos jovens. Assim, enfatizou-se as implicações sociais e educacionais das intervenções propostas, refletindo sobre como essas práticas podem efetivamente contribuir para o enfrentamento do desemprego.

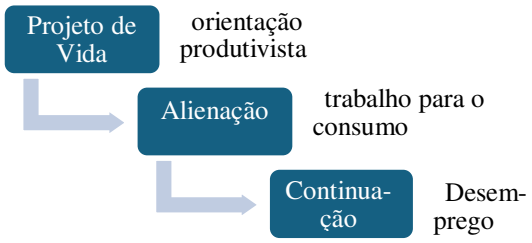
Portanto, a combinação de uma abordagem descritiva, dialética e qualitativa, aliada a um rigoroso processo de revisão e confronto bibliográfico, possibilitou uma compreensão abrangente da temática. O estudo não apenas lança luz sobre o papel dos assistentes sociais nas escolas públicas, mas também propõe reflexões significativas sobre a construção de um projeto de vida emancipatório para a juventude, evidenciando a urgência de uma atuação integrada e comprometida com a realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade.

Este capítulo fornece uma base metodológica sólida, fundamentando a importância do tema e a relevância das abordagens adotadas para a construção do conhecimento sobre o papel do assistente social na educação.

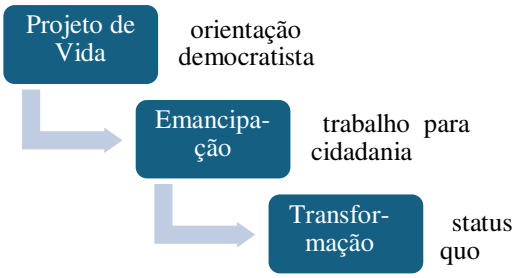
4 Apresentação dos Resultados

Após as fundamentações teóricas com vistas às literaturas que tratam da temática, percebe-se que a orientação metodista, a qual segue a lógica da classe dominante, é uma orientação baseada em métodos irreversíveis para lidar com a refração do emprego. Sua função é habilitar os jovens a depararem-se com a competição e concorrência entre eles.

Fluxograma 1 – Orientação produtivista.



Fluxograma 2 – Orientação democratista.



Fonte: SANTOS (2024).

4.1 Interpretação dos Resultados

Ao confrontar a dualidade orientativa, verifica-se que a orientação emancipatória, conquanto não apresente soluções imediatas para o desemprego, revela de forma crônica o quadro de desemprego que o estudante terá que defrontar. Os instrumentos disponíveis pelo status quo se configuram apenas como amuletos para mitigar o desemprego, o qual, por sua vez, sofrerá alterações conforme a mutação do capital.

Tabela 1 – Processo de atomização do emprego no Brasil

Mutação do capital e o aproveitamento da força de trabalho	curva atômica do emprego
1530 a 1888 - Mão de obra viva livre e mão de obra predominantemente escrava, período feudal que possibilitou o acúmulo de capital pela aristocracia.	emprego não fundante.
1888 a 1930 - Mão de obra viva livre, estágio pré-industrial, fase do embrionamento do capital e nascimento da classe burguesa.	emprego fundante.
1930 a 1961 - Mão de obra viva unanimemente livre, necessariamente qualificada e especializada (divisão do trabalho), período industrial tardio com propulsão desenvolvimentista.	emprego inicialmente crescente e posteriormente decrescente.

Mutação do capital e o aproveitamento da força de trabalho	curva atômica do emprego
1981 a 1994 - Mão de obra viva retraída, queda de investimento produtivo em substituição ao trânsito de capitais especulativos, crescimento do rentismo brasileiro, do arrocho salarial e emergência do capital financeiro.	emprego decrescente e rechaçado.
1990 até então - Mão de obra viva de exigência superqualificada com influência tecnológica, surgimento do proletariado digital compreendido pelo capitalismo informacional.	emprego tradicional decrescente e informacional crescente.

Fonte: GOMES (2020); SANTOS (2024).

4.2 Discussão (Comparação com a Literatura)

À medida que o capitalismo se reinventa, o aproveitamento da mão de obra diminui com a constituição de uma população sobrante. Surgem novas formas de relação de trabalho com o capital, e as ocupações super modernas vão substituindo as mais periféricas. As novas ocupações exigem, em contrapartida, um alto grau de qualificação, especialização e flexibilização profissional. Isso resulta em uma exclusão gradativa de uma massa de trabalhadores que se tornam desqualificados para as novas ocupações, que são elitizadas. As recém-fundadas ocupações tendem a ser muito mais remuneradas quando comparadas às ocupações marginais, embora aquelas abandonadas abruptamente antes de seu descarte mercadológico ainda possam receber uma boa remuneração do mercado demandante.

4.3 Implicações Teóricas e Práticas e as Limitações do Estudo

Diante do exposto, constata-se que, além da dualidade orientativa do assistente social, seu ethos profissional está fundamentado em três dimensões: ético-político, teórico-metodológico de base marxista e técnico-operativo. Essas dimensões visam mobilizar e organizar, em diferentes espaços escolares, a efetivação do exercício profissional do assistente social, orientado a atender ao Projeto de Vida juvenil. Isso se estende desde pequenas ações cotidianas até construções maiores, com o objetivo de responder a esses usuários tanto de forma imediata quanto mediata à problemática do emprego atomizado.

É importante reconhecer que as limitações do presente estudo incluem a escassez de dados empíricos que suportem as análises, além da necessidade de uma maior abrangência nas áreas geográficas estudadas. As generalizações feitas podem não se aplicar a contextos específicos que não foram abordados.

4.4 Sugestões para Pesquisas Futuras

Sugere-se que futuras pesquisas explorem a dicotomia entre teoria e prática no campo do Serviço Social, especialmente em relação à orientação profissional de jovens. A inclusão de abordagens quantitativas e estudos de caso poderia enriquecer a compreensão das intervenções dos assistentes sociais e sua eficácia no mercado de trabalho contemporâneo.

5 Considerações Finais

Conclui-se que o Serviço Social nas escolas desempenha um papel crucial na orientação profissional e sociopedagógica, ajudando a mediar os desafios juvenis impostos pelo modelo de produção e reprodução do trabalho. Essa intervenção é essencial para a construção de um Projeto de Vida significativo, especialmente à luz da dialética marxista, que critica o desemprego como parte da teoria da pobreza e da nova questão social. Essa teoria explora categorias como trabalho, alienação, fetichismo e exploração, fornecendo uma base teórica rica para compreender a questão social.

As análises realizadas mostram que o assistente social pode contribuir para o desenvolvimento de um Projeto de Vida que prepare os jovens para enfrentar não apenas o desemprego, mas também para uma compreensão crítica do funcionamento do status quo. Embora o desemprego cíclico seja um problema significativo, a orientação que se limita ao ajustamento social não garante a superação dos desafios impostos pelo modelo de produção e reprodução do trabalho.

No plano real, a prática social enfrenta limitações funcionais e conservadoras, refletindo o modelo produtivista e a reprodução das desigualdades sociais. Apesar de certa autonomia, os agentes sociais frequentemente se vêem restritos na definição e escolha dos meios e instrumentos para promover transformações sociais efetivas. A escassez de profissionais de Serviço Social nas escolas públicas torna difícil mensurar o impacto real desses agentes na formação dos Projetos de Vida dos estudantes e na sua preparação para o mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva, caracterizada pela redução do trabalho formal e pela transformação dos trabalhadores em autônomos, agrava a questão social. O Serviço Social, atuando tanto na formulação quanto na implementação de políticas nas escolas, deve

enfrentar esse cenário complexo. Há uma necessidade urgente de mais pesquisas para compreender a dicotomia entre teoria e prática no contexto do marxismo e para avaliar a eficácia das intervenções dos assistentes sociais na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, considerando as limitações e desafios atuais.

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes São. Luís, 2005; *Mobilização social e práticas educativas*. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. Tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARANGO, José Bernardo Toro; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação*. UNICEF-Brasil, 2018. Livro eletrônico. 53 posições.

BRASIL. Lei Nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.935, 11 de Dezembro de 2019. *Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao. Acesso em: 15 fev. 2024.

CARAN, Vânia Cláudia Spoti. *Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social*. Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2015.

CARREGOSA, José Machado. *Economia Política: Mercado Sustentável*. Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2016.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo? Coleção Primeiros Passos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2011.

CORLETO, Alejandra Pastorini. *A categoria "questão social" em debate (livro eletrônico)*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em: 10 de mai. 2024.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. *Trabalho, práxis e Serviço Social. Marx, Marxismo e Serviço Social*, v 16, nº 1, p.100-110, 2013.

DANZA, Hanna Cebel; SILVA, Marco Antônio Morgado da. *Projeto de Vida e Identidade: Articulações e Implicações para a Educação*. Educação em Revista, v 38, nº 1, p.21, 2022.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 2013.

FONTGALLAND, Isabel Lausanne; LIMA, Douglas Pessoa. *Teoria do Capital Humano: fatos e realidades sobre a educação no novo milênio*. Campina Grande, 2022. Livro eletrônico. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/714937. Acesso em: 02 de mai. de 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação*. Revista Contemporânea de Educação, v. 10, nº 20, p. 26, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educação e Sociedade*, v. 28, nº 100, p. 1129-1152, 2007.

GOMES, Ciro. *Projeto Nacional: o dever da esperança*. São Paulo: LeYa, 2020.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com. Acesso em 02 de mar. de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 16.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. *Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde e Sociedade,* v. 18, nº 4, p. 733-743, 2009.

ROSA, Fábio José Paz da. *Educação profissional: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro, 2019.

ROSÁRIO, Mariana. *O Globo. Estudo mostra que 27% dos jovens e adolescentes no Brasil estão sem estudo e sem trabalho*, 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com. Acesso em: 12 de fev. de 2024.

SILVA, Lucy Leal Melo; LASSANCE, Maria Célia Pacheco. *A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho*. Revista Brasileira, v. 4, nº 1-2, p. 13-19, 2003.

TEIXEIRA, Leonardo. *Acumulação Capitalista e Questão Social*, Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2015.